

## As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional\*\*

### INTRODUÇÃO

Em Portugal a emigração é um fenómeno permanente desde há alguns séculos, mas as correntes migratórias que a constituem são temporárias e apresentam características específicas.

A diversidade das correntes migratórias portuguesas, nomeadamente durante este século, é facilmente documentável. Observa-se, por exemplo, na passagem, em meados dos anos 50, de fluxos maioritariamente intercontinentais a predominantemente intra-europeus e novamente, a partir de finais dos anos 70, a intercontinentais; na passagem de correntes essencialmente compostas por emigrantes trabalhadores para predominantemente compostas por familiares de trabalhadores migrantes entre 1978 e 1985 e novamente, nos últimos anos, no retorno à dominância da componente trabalho.

Recentemente, temos vindo a assistir a mais uma modificação de vulto: a emigração portuguesa, que até 1985 foi essencialmente constituída por migrantes permanentes, é hoje maioritariamente composta por migrantes sazonais ou a prazo<sup>1</sup>. Assim, por exemplo, dos 174 000 emigrantes que saíram de Portugal entre 1986 e 1988, 35 000 eram permanentes e 139 000 temporários (Baganha, 1994).

A constância do fenómeno migratório em Portugal pode atribuir-se à permanência de profundas assimetrias regionais no país e à existência de desequilíbrios geoeconómicos entre Portugal e os sucessivos países de destino. O primeiro desequilíbrio permite explicar a manutenção do fenómeno, independentemente da evolução económica verificada a nível nacional; o segundo desequilíbrio assegurou a existência de vantagens comparativas nas regiões receptoras, conferindo racionalidade económica à decisão de emigrar ao longo do tempo<sup>2</sup>.

Uma das questões mais interessantes que a análise dos fluxos migratórios nacionais permite levantar é a do impacto da emigração portuguesa na economia

---

\*Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

\*\*II Encontro de História Económica Portuguesa. *Donde vem a economia portuguesa? A história económica de Portugal no século XX*.

<sup>1</sup> Seccombe e Lawless, 1985, 132-135; *Boletim Anual da SECP*, 1986-1988; Baganha, 1994.

<sup>2</sup> Foram muitos os autores que salientaram os desequilíbrios internos, como, por exemplo, Sedas Nunes, 1964, Almeida e Barreto, 1976, Serrão, 1977, e Godinho, 1978, assim como são também numerosos os autores que preferiram salientar os desequilíbrios com o exterior; contam-se neste último

nacional, questão em que a divergência de opiniões tem sido acentuada. O presente trabalho pretende ser uma contribuição para este debate, que o extremar de conclusões<sup>3</sup> torna ainda mais interessante. Começarei por contextualizar o tema, caracterizando sumariamente os fluxos migratórios e os emigrantes neles envolvidos; apresentarei seguidamente alguns indicadores que ajudam a avaliar o impacto demográfico e económico que o fenómeno migratório tem no caso português; finalmente, centrar-me-ei em tentar avaliar o impacto da emigração portuguesa na economia nacional, restringindo, contudo, esta análise aos anos 60.

## BREVE CARACTERIZAÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

Sabemos com algum rigor qual foi o volume das saídas e quais foram as principais regiões de origem e de destino dos fluxos migratórios nacionais<sup>4</sup>. A informação estatística disponível sobre a evolução quantitativa da emigração portuguesa no século xx, indicada nos quadros I e II e nos gráficos n.ºs 1 e 2, pode ser assim sintetizada: entre 1900 e 1988 emigraram de Portugal, aproximadamente, 3,5 milhões de pessoas, 25% das quais o fizeram ilegalmente. O maior número de saídas registou-se depois de 1950, correspondendo a emigração registada entre 1950 e 1988 a 61% do total verificado ao longo de todo o período. O fluxo migratório foi particularmente intenso entre 1966 e 1973, altura em que se verificaram 48% do total das saídas.

Durante este período distinguem-se claramente dois ciclos migratórios<sup>5</sup>. O primeiro é transatlântico, iniciara-se em meados do século passado, irá até aos anos 50; o segundo é intra-europeu e vai dos anos 60 a finais dos anos 70. No total das partidas verificadas até 1960 mais de 80% dirigiram-se para as Américas, sendo o fluxo migratório para o Brasil sempre o mais volumoso<sup>6</sup>, superior a 80% até 1949 e de 68% na década de 50. No cômputo total, entre 1950 e 1988, 59% do fluxo migratório nacional dirigiram-se para a França e para a Alemanha, enquanto 30% se orientaram para o Brasil, os Estados Unidos e o Canadá (Baganha, 1990 e 1994). Emigrou-se de todas as regiões de Portugal,

---

grupo, por exemplo, Ferreira, 1976, A. Murteira e Branquinho, 1969, M. Murteira, 1965, Pintado, 1967, Barosa e Pereira, 1988, e Pereira, 1989. Refira-se, a título de exemplo, que entre Portugal e os principais países europeus a disparidade de níveis médios de vida era da ordem de 1 para 3 ou 4 em meados dos anos 60 (Murteira, 1965, 275) e que em 1985 e 1990 era ainda inferior a metade dos níveis médios de vida dos principais países da CE (Espanha e Grécia excluídas) (Mateus, 1992, 659).

<sup>3</sup> V., por exemplo, Chaney (1986) e Rocha (1982).

<sup>4</sup> A bibliografia sobre este subtema é vasta; salientarei, de entre os trabalhos existentes, os seguintes: Serrão, 1977, Baganha, 1990, 1992 e 1994, Ferreira de Almeida, 1964 e 1966, Arroteia, 1986, Pyrrait, 1954, Antunes, 1981, Ferreira, 1976, Stahl *et al.*, 1982, Straubhaar, 1984, e Peixoto, 1992.

<sup>5</sup> Os destinos preferenciais da emigração portuguesa evidenciam a sua inserção nos grandes movimentos de trabalho que então se verificaram. Durante este período deram-se essencialmente dois grandes movimentos, o primeiro dos quais levou, até à grande depressão, várias dezenas de milhões de europeus às Américas. O segundo é um processo, essencialmente intra-europeu, particularmente intenso a partir de finais dos anos 50 e principalmente desde a construção do muro de Berlim em 1961, de transferência maciça de mão-de-obra do Sul periférico para o Norte industrializado. Sobre este tema existe uma extensa bibliografia, de que destacarei: Böhning, 1984; Werner, 1986; Salt, 1987; Secombe e Lawless, 1985; Bruneau, 1984; Kritz *et al.*, 1983; Bade, 1987, e Piore, 1979.

<sup>6</sup> O segundo destino preferencial dos Portugueses era os Estados Unidos, cuja quota foi de 18% até à primeira guerra e de 12% até à crise de 1929 (Baganha, 1990).

mas regiões houve, como o Alentejo e o Algarve, que tiveram uma participação acentuadamente menor no fenómeno migratório (o quadro III regista as saídas legais entre 1950 e 1988 por distritos). Até à Segunda Guerra Mundial as províncias do Minho, Beira Alta e Trás-os-Montes foram, conjuntamente com os Açores e a Madeira, os grandes centros de abastecimento da emigração portuguesa<sup>7</sup>. Depois da guerra, os tradicionais pólos de irradiação mantêm-se, mas o seu peso relativo diluiu-se, dada a forte participação que outros distritos, nomeadamente os distritos de Lisboa e Leiria, tiveram no cômputo total das saídas<sup>8</sup>.

Conhecemos, como referi, com algum rigor qual foi o volume das saídas e quais foram as principais regiões de origem e de destino dos fluxos migratórios nacionais, mas o nosso conhecimento sobre quem partiu é bem mais frágil. Sabemos, por exemplo, que, até aos anos 30, o emigrante português típico para os Estados Unidos era do sexo masculino, solteiro, tinha entre 16 e 29 anos de idade e não possuía qualquer qualificação específica. Se foi para Massachuset, tornou-se trabalhador industrial não especializado; se optou por, ou a rede em que estava inserido o dirigiu para a Califórnia, tornou-se agricultor. Os elementos da corrente para o Havai, que no nosso século foi diminuta, eram, em regra, mais velhos, casados, acompanhados da família e na sua maioria tornaram-se assalariados agrícolas nas plantações de açúcar (Baganha, 1990).

Não conhecemos com o mesmo rigor a composição sócio-demográfica do fluxo migratório para o Brasil, para onde se dirigiam neste período aproximadamente três quartos da corrente; podemos, no entanto, afirmar que no início do século, e comparativamente ao fluxo que partia para os Estados Unidos, a probabilidade de emigrar dos Açores para o Brasil, *versus* emigrar para os Estados Unidos, era consideravelmente maior se o migrante evidenciava experiência migratória, era casado e tinha qualquer tipo de ocupação ou propriedade (Baganha, 1990).

O fluxo que partia do continente era, provavelmente, muito mais heterogéneo, mas, apesar do peso, sem dúvida importante, que tiveram os jovens nortenhos do sexo masculino que, através de redes migratórias de solidariedade vária, se dirigiram para as cidades brasileiras e muito especificamente para o comércio de varejo, convirá não esquecer que as redes migratórias de tipo comercial, dependentes ou não directamente da sociedade receptora, canalizaram também para o mercado de trabalho urbano brasileiro um número desconhecido, mas provavelmente significativo, de migrantes cuja idade e integração económica na sociedade brasileira terão sido bem diversas (Rowland, 1990; Monteiro, 1985; Pescatello, 1970).

No quadro IV estão sintetizadas as características sócio-demográficas dos emigrantes saídos legalmente entre 1950 e 1988. A sua utilidade esgota-se praticamente na informação para a década de 50, quando o volume de clandestinos no fluxo

---

<sup>7</sup> Até aos anos 30, e apenas em termos de emigração legal, as regiões insulares forneceram 20% do fluxo migratório, enquanto as províncias do Minho, Beira-Alta e Trás-os-Montes contribuíram com 66%.

<sup>8</sup> Entre 1950 e 1988 o volume total de saídas das regiões insulares correspondeu a 21% das saídas legais. Como o número de saídas clandestinas era muito superior no continente, o peso real da emigração insular foi necessariamente muito inferior a 20% durante este período. Quanto ao continente, é de salientar que 15% do fluxo legal tiveram como região de origem os distritos de Lisboa (8%) e de Leiria (7%).

total andaria pelos 4%. O emigrante típico deste período era do sexo masculino, solteiro, entre os 15 e os 45 anos de idade e, em regra, oriundo do sector agrícola<sup>9</sup>.

O ciclo atlântico e o ciclo europeu, bem como os fluxos que os constituíram, apesar das suas especificidades, apresentam desde início algumas características que irão manter-se ao longo de todo o período, nomeadamente: a componente masculina em idade activa é predominante em todos os fluxos migratórios; em ambos os ciclos é sempre detectável um número significativo de clandestinos; a partida é vista, quer individualmente, quer socialmente, como um fenómeno temporário, como uma fase do ciclo de vida; finalmente, comparativamente com outros fluxos migratórios, a emigração portuguesa apresenta um elevado contravalor em remessas (Sopemi, 1991 e 1992). Em suma, a emigração portuguesa foi e é, essencialmente, um movimento internacional de trabalho<sup>10</sup>, que, pelo volume que atingiu e pelas remessas que gerou, teve necessariamente um enorme impacto na sociedade e na economia portuguesas.

## IMPACTO DEMOGRÁFICO E ECONÓMICO DA EMIGRAÇÃO

Começarei por apresentar alguns indicadores demográficos e económicos que nos ajudem a medir o impacto da emigração portuguesa. No quadro seguinte sumariei a informação disponível sobre a evolução demográfica portuguesa no século xx:

Evolução da população portuguesa em 1900-1981  
Em milhares

Período	Crescimento natural <sup>11</sup>	Crescimento efectivo	Saldo migratório
1901-1911 . . . . .	749,4	537	- 12,4
1912-1920 . . . . .	424,5	72,9	- 351,6
1921-1930 . . . . .	810,4	792,9	- 17,5
1931-1940 . . . . .	828,7	896,3	+ 67,6
1941-1950 . . . . .	847,8	719,1	- 128,7
1951-1960 . . . . .	1 090,8	410	- 680,8
1961-1970 . . . . .	1 072,6	- 282,6	- 1 355,2
1971-1981 . . . . .	838,7	1 284,1	+ 445,4

Fonte: Censo de 1981 e *Boletim Anual da SECP*, 1980 e 1981.

<sup>9</sup> Nos anos 60, em que o volume dos clandestinos constituiu, aproximadamente, um terço do fluxo e em que os dados oficiais registam conjuntamente primeiras partidas e legalizações especiais, qualquer caracterização a partir dos dados oficiais é irrelevante, situação que se mantém na década seguinte, altura em que o número de clandestinos foi superior ao legal. Nos anos 80, aos problemas de interpretação levantados por um volume de clandestinos e irregulares elevado, 42 %, junta-se um novo factor de dificuldade, uma vez que, devido ao sancionamento político dos países receptores, a emigração permanente se torna, em grande medida, sazonal ou a prazo, pelo que o interesse dos dados oficiais conhecidos é extremamente reduzido.

<sup>10</sup> A partir dos anos 60 os portugueses vão substituir numericamente os italianos e os espanhóis no mercado de trabalho francês, nomeadamente nas obras públicas, na construção, nos serviços domésticos e na agricultura. Comparativamente à França, no mercado de trabalho alemão esta substituição ocorrerá particularmente no sector industrial (Branco, 1986, 70-71; Seruya, *in* Stahl *et al.*, 1982).

<sup>11</sup> O crescimento natural é a diferença entre o número de nascimentos e de óbitos; o crescimento efectivo é a diferença entre a população presente no final e no início do período; o saldo migratório é a diferença entre o crescimento efectivo e o crescimento natural.

A informação contida no quadro anterior diz-nos que um terço do crescimento natural terá sido absorvido pelas migrações para o exterior<sup>12</sup>, mas o impacto demográfico foi, obviamente, mais acentuado, uma vez que parte do crescimento potencial não se verificou devido à emigração de um número considerável de nacionais em idade reprodutora (Nazareth, 1976).

Dois indicadores são frequentemente referidos para evidenciar o impacto da emigração na economia nacional; o *ratio* do valor das remessas sobre o valor das exportações e o *ratio* do valor das remessas sobre o valor do produto interno bruto. O primeiro indicador é utilizado na perspectiva de que, sendo a emigração portuguesa uma emigração económica, pode ser tratada como exportação de mão-de-obra nacional e o valor das remessas como o contravalor monetário dessa exportação e comparado com o valor das restantes exportações.

De acordo com os números publicados por Eugénia Mata (1984, 13, 14), quer para a exportação, quer para as estimativas das remessas entre 1890 e 1930, teremos: na viragem do século XIX para o XX o valor das remessas representaria, aproximadamente, 50% do valor das exportações; nas vésperas da Primeira Grande Guerra, 57%; nas vésperas da grande depressão, 48%<sup>13</sup>. A partir de 1950 podemos ser mais precisos. O quadro V e o gráfico n.º 3 sumarizam a evolução das remessas relativamente às exportações de 1950 a 1988. De acordo com estes dados, as remessas representaram 13% das exportações na década de 50, 25% nos anos 60, 56 % nos anos 70 e 45% nos anos 80.

Numa perspectiva um pouco diferente, é também usual entender-se que os emigrantes são força de trabalho redundante para o mercado nacional, mas necessária no mercado internacional, cuja produtividade no exterior reverte parcialmente, através das remessas, para a economia nacional. Neste caso costuma comparar-se o valor das remessas com o valor do PIB. Os resultados seriam os seguintes: de finais do século XIX até à Primeira Guerra Mundial as remessas teriam representado 2% do PIB, enquanto nas vésperas da grande depressão rondariam os 4% (Mata, 1984, 13, 14). O quadro V e o gráfico n.º 4 sumarizam a evolução das remessas relativamente ao PIB de 1950 a 1988. Os valores contidos no quadro V indicam que as remessas apresentaram um peso sempre crescente em relação ao PIB — 2% na década de 50, 4% nos anos 60, 8% nos anos 70 e 10% nos anos 80.

É inegável o enorme impacto da emigração na demografia e na economia nacionais<sup>14</sup>. É também inegável que a emigração foi durante este século o bem

---

<sup>12</sup> Note-se que o quadro sintetiza não apenas as migrações internacionais, mas também as migrações para as colónias e os retornos de ambas as procedências.

<sup>13</sup> Eugénia Mata recolheu e publicou as várias estimativas feitas por contemporâneos sobre o volume das remessas até 1930; dado o carácter deste tipo de informação, as percentagens referidas representam um indicador muito frágil.

<sup>14</sup> Ainda em 1992 o número de portugueses que residiam e trabalhavam fora de Portugal correspondia a 40% dos residentes no país (estimativa do IAIECP, 1992).

mais valioso que a sociedade portuguesa produziu para exportação, uma vez que nenhum outro bem ou serviço, por si só, teve ou tem tal peso nas exportações nacionais<sup>15</sup>. Saber se foi positivo ou negativo é um problema bem diferente.

Na última parte deste trabalho tentarei avaliar o impacto da emigração na economia nacional durante os anos 60, período em que, como vimos, se verificou a maior parte das saídas. A pergunta a que me interessa tentar responder é concretamente a seguinte: a emigração prejudicou ou não o crescimento económico português?

## EMIGRAÇÃO E ECONOMIA

Frequentemente, quando se fala do impacto da emigração na economia nacional, analisa-se o volume e o uso das remessas. Discute-se se as remessas foram usadas produtivamente, como defendeu Rick Chaney (1986), ou se, pelo contrário, foram utilizadas essencialmente para consumo, como defendeu, por exemplo, Edgar Rocha (1982, 1073) quando afirmou: «As remessas serviram, em grande medida, de subsídio de subsistência do modelo económico e do regime político em vigor na altura<sup>16</sup>.» Polémica sem dúvida interessante, mas, a meu ver, um pouco extemporânea, porque tenta avaliar um dos resultados da emigração sem primeiro avaliar se a emigração foi em si mesma benéfica ou prejudicial ao crescimento económico nacional.

Sobre este último ponto de vista duas hipóteses são possíveis, ambas independentes do volume e uso das remessas, e, de facto, ambas foram defendidas. Assim, enquanto autores como A. Leeds (1983) defenderam que a emigração portuguesa representou uma exportação de mão-de-obra excedentária, autores como Sousa Ferreira optaram pela defesa da posição oposta. Este último autor afirmou, referindo-se ao elevado volume da emigração portuguesa: «A partir de um certo ponto, a emigração transformou-se num factor negativo que a longo prazo poderá conduzir ao empobrecimento do país.» (Sousa Ferreira, 1976, 169.)

Se a asserção de A. Leeds estiver correcta, independentemente do volume e do uso das remessas, a emigração portuguesa não pode ter sido prejudicial ao crescimento económico nacional, porque quem vende um bem para o qual não tem qualquer utilidade, qualquer que seja o contravalor obtido, não sofre prejuízo com a venda efectuada. Da mesma forma, se for a asserção de Sousa Ferreira que estiver correcta, a emigração portuguesa foi prejudicial ao crescimento da economia nacional, independentemente do volume e do uso das remessas.

---

<sup>15</sup> A título de curiosidade refira-se que o valor das transferências comunitárias tem sido inferior a dois ou três vezes o valor das remessas (Mateus, 1992).

<sup>16</sup> A posição intermédia também tem sido defendida (v., por exemplo, Graham, 1990).

É para este debate, que, penso, deve ser prévio ao debate sobre o volume e o uso das remessas, que tentarei contribuir, procurando responder à seguinte pergunta: as saídas verificadas podiam, caso tivessem permanecido no país, ter contribuído positivamente para aumentar o crescimento económico verificado?

A resposta à pergunta formulada é passível de várias abordagens. A abordagem que vou seguir baseia-se, em grande parte, nos trabalhos sobre desenvolvimento económico, ainda que adaptada à pergunta específica que formulei. Uma das relações que estes trabalhos têm evidenciado é a interdependência existente entre a estrutura dos recursos humanos, o rendimento *per capita* e o nível de desenvolvimento de uma dada economia<sup>17</sup>. De interesse para o presente trabalho é também a forte correlação detectada entre o nível profissional dos recursos humanos e o nível de emprego do sector industrial<sup>18</sup>.

A primeira relação, entre a estrutura dos recursos humanos, o rendimento *per capita* e o nível de desenvolvimento de uma dada economia, foi analisada para o início dos anos 60 por Mário Murteira (1969) e permite deduzir que países com rendimentos médios *per capita* de 600 dólares tinham, em média, uma percentagem de pessoal científico e técnico muito superior a Portugal e uma percentagem de operários qualificados, especializados e não especializados ligeiramente inferior à verificada no nosso país<sup>19</sup>. Portugal pertencia nessa altura ao conjunto de países de rendimento inferior a 600 dólares por habitante, pelo que os resultados encontrados podem servir como um primeiro indício de que, dado o nível de rendimento por habitante e o volume de pessoal científico e técnico existente em Portugal nos inícios dos anos 60, as oportunidades de emprego para operários qualificados, especializados e não especializados não poderiam ter sido muito diferentes das existentes, uma vez que a percentagem da população activa nestas ocupações já excedia os valores médios esperados.

A análise da interdependência entre o volume de emprego na indústria e o volume de pessoal científico e técnico foi feita por Gnanasekaran (1965), que estabeleceu, com base na estrutura da população activa masculina, por ramos de actividade e por profissões, de 19 países e para o ano de 1956 uma série de relações que permitem exprimir a interdependência entre a estrutura de recursos humanos e nível de desenvolvimento económico.

---

<sup>17</sup> Entre nós este tema foi tratado por Carvalho, 1967, e por Murteira *et al.*, 1969. Os resultados a que estes autores chegaram são idênticos aos que vão ser apresentados, nomeadamente no que toca à escassez de pessoal científico e técnico. Os modelos e os objectivos da análise são, contudo, ligeiramente diferentes; acresce que o meu trabalho é muito mais sucinto, mas inclui os resultados do censo de 1970, que os autores, dado o ano de publicação, não puderam, obviamente, considerar.

<sup>18</sup> Gnanasekaran, 1965.

<sup>19</sup> Mais concretamente, pode deduzir-se das equações apresentadas por Murteira (1969, 24, 29) que países com rendimentos *per capita* de 600 dólares tinham, em média, 4,67% de profissões científicas, técnicas, artísticas e afins e 23,13% de operários qualificados, especializados e indiferenciados. Em Portugal as percentagens destas ocupações no conjunto da população activa eram, respectivamente, 2%, 8% e 27,9% em 1960.

Das relações estabelecidas por este autor retive as que considerei de maior interesse para a análise que pretendo fazer, a saber: a percentagem de activos masculinos exercendo uma profissão liberal, técnicos e equiparados é função não só da percentagem de activos masculinos empregados no sector industrial, construção, electricidade, gás, águas e serviços sanitários, como também da percentagem de operários qualificados, especializados e não especializados.

Como é discutível que o conjunto de países utilizado por Gnanasekaran possa servir de base a qualquer comparação com o caso português, bem como que as relações estabelecidas sejam válidas para um universo próximo da realidade económica portuguesa, elaborei uma nova base de dados que obedeceu ao seguinte critério: considerei que, estando Portugal inserido, desde 1961, num bloco económico europeu, a EFTA, e tendo uma percentagem significativa da sua população a trabalhar e a enviar remessas do outro bloco económico europeu, o Mercado Comum, o conjunto de países através dos quais se deveria verificar da validade das relações referidas e, caso existissem, estabelecer o «padrão» de comparação para o caso português deveria ser o conjunto dos países europeus da OCDE, a que todos estes países pertenciam<sup>20</sup>.

Os resultados obtidos são estatisticamente significativos. Em ambos os casos o *R*-quadrado das equações de regressão explica 70% da variabilidade da variável dependente respectiva e todos os coeficientes das equações das regressões são estatisticamente significativos, no mínimo, ao nível 0,03<sup>21</sup>. Os resultados encontrados podem ser sintetizados nas seguintes expressões:

$$Mi = 4,56* Mp + 11,99**$$

(5,891)      (2,458)

$$Mc = 3,97* Mp + 13,56**$$

(5,938)      (3,215)

sendo o valor da estatística *t* dado entre parênteses, \* significante a 1%, \*\* significante a 3%, em que *Mp* é a percentagem de activos masculinos exercendo uma profissão liberal, técnicos e equiparados, *Mi* é a percentagem de activos masculinos empregados no sector industrial, construção, electricidade, gás, águas e serviços sanitários e *Mc* é a percentagem de operários qualificados, especializados e não especializados.

---

<sup>20</sup> A fonte utilizada foi o *Year Book of Labour Statistics*, ILO, Geneva, 1970. Dois países, o Luxemburgo e a Suécia, não puderam ser considerados, uma vez que não consegui obter informação comparável para o mesmo ano e para as variáveis consideradas.

<sup>21</sup> Quando Portugal é excluído do conjunto, o *R*-quadrado sobe para 85% e os coeficientes das equações têm níveis de significância ainda mais baixos. Pareceu-me, contudo, pelas razões expostas, metodologicamente mais curial manter Portugal no conjunto.



Em 1960 e 1970 a população activa masculina portuguesa nas profissões e ramos de actividade que estamos a considerar apresentava, comparativamente, os seguintes valores percentuais:

**População activa masculina em algumas profissões e ramos de actividade em 1960 e 1970<sup>22</sup>**

	1960	1970
<b>Ramos de actividade</b>		
Indústria transformadora, construção e obras públicas, electricidade, água e serviços:		
<i>Total Mi</i> . . . . .	765 298	746 225
<i>Total geral</i> . . . . .	2 762 131	2 475 585
<b>Profissões</b>		
Pessoas exercendo uma profissão liberal, técnicos e equiparados ( <i>Mp</i> ) . . . . .	46 498	65 410
Operários qualificados, especializados e não especializados ( <i>Mc</i> ) . . . . .	757 179	786 765
<i>Total geral</i> . . . . .	2 762 131	2 475 585

Fonte: ILO, 1970, e censo de 1970.

pelo que teríamos para o caso português:

	1960	1970
<i>Mp</i> . . . . .	1,68%	2,64%
<i>Mi</i> . . . . .	27,71%	30,14%
<i>Mc</i> . . . . .	27,41%	31,78%

e, considerando as relações estabelecidas, os valores esperados de *Mi* e *Mc* seriam, respectivamente:

	1960	1970
<i>Mi</i> . . . . .	19,65%	24,76%
<i>Mc</i> . . . . .	20,23%	24,68%

<sup>22</sup> Para manter a comparabilidade entre os dados dos censos de 1960 e 1970 fiz as seguintes reagregações: incluí 1290 activos pertencentes aos serviços de saneamento, que estavam incluídos no

Dado o peso relativo das profissões científicas e técnicas, os valores médios esperados para a percentagem de emprego em *Mi* (activos no sector industrial, construção, electricidade, gás, águas e serviços sanitários no total da população activa) deveriam ter sido de 19,65% para 1960 e de 24,76% para 1970, e não de 27,71% e 30,14%, como efectivamente foram, e para *Mc* (operários qualificados, especializados e não especializados) deveriam ter sido de 20,23% e 24,68%, respectivamente, e não de 27,41% e 31,78%, como realmente foram. Os resultados obtidos indicam que, em termos relativos, a estrutura de recursos humanos existente em Portugal nos anos 60 se encontrava distorcida, devido a uma marcada escassez de pessoal científico e técnico e a uma notória abundância de activos no sector industrial, não sendo, portanto, razoável admitir que, com a percentagem de pessoal científico e técnico existente, o crescimento do volume de emprego no sector industrial pudesse ter sido muito superior ao efectivamente verificado<sup>23</sup>.

Deduz-se do que ficou dito que a emigração portuguesa poderia ter tido um impacto negativo no crescimento económico de Portugal se tivesse havido saídas significativas de pessoal científico e técnico. Ora, toda a evidência disponível aponta em sentido contrário. Não só sabemos que a maior parte dos portugueses que partiram não pertenciam a este grupo, como sabemos pelos trabalhos de Xavier Pintado sobre salários não ter existido racionalidade económica para este grupo emigrar<sup>24</sup>.

Embora se saiba que um número desconhecido de portugueses abandonou neste período Portugal por oposição ao regime ou por fuga à mobilização militar, o seu número não pode ter sido suficientemente significativo para ter tido impacto na estrutura de recursos humanos nacional. Pelo menos é o que se infere da estrutura das ocupações dos imigrantes portugueses entrados em França em 1970, em que este grupo representava 0% dos efectivos (o número de quadros e técnicos foi de 31 em 88 634 entradas, de acordo com os números do Office National d'Immigration, *in* Ferreira, 1976, 165). É evidente que este não foi o único ponto de destino deste grupo de migrantes, mas, se o seu número tivesse

---

censo de 1970 nos serviços prestados à colectividade, na rubrica «Electricidade, água e serviços»; exclui da categoria «Operários não agrícolas» do censo de 1970 as subcategorias «Condutor-maquínista de transportes (88 335 activos) e afins», «Operador de estação de rádio e afins» (340 activos) e «Mineiro e afins» (7860 activos), que no censo de 1960 se encontram englobadas noutras categorias. No total para 1970 foram incluídos 141 205 homens na altura a cumprirem serviço militar obrigatório, rubrica que estava incluída nos totais para 1960. Foram retirados a ambos os totais os desempregados.

<sup>23</sup> A escassez de profissionais liberais, científicos e técnicos, que os resultados evidenciam, pode ser precisada considerando as regressões de *Mp* em *Mi* e *Mc*, que indicam que o peso relativo de *Mp* na estrutura da população activa masculina portuguesa deveria ter sido, aproximadamente, de 4% em 1960 e de 5% em 1970, e não de 1,7% e 2,6%, como efectivamente era. Relativamente às equações de *Mp* em *Mi* e *Mc*, respectivamente, que utilizei para calcular estes valores, v. notas 20 e 21.

<sup>24</sup> Sobre este tema, Xavier Pintado afirmou: «Em termos de poder de compra interno e nível de vida, o pessoal directivo superior aufere, provavelmente, em Portugal remunerações mais elevadas do que as correntes nos países industriais.» (Pintado, 1967, 73; v. também Carvalho, 1967.)

alguma relevância, seria em França que essa mesma relevância mais facilmente se detectaria. Acresce que os dados conhecidos sobre retorno vão no mesmo sentido, uma vez que 92% da população que regressou não ultrapassaram a escola primária, apenas 1% frequentara o ensino superior<sup>25</sup> e 85% não frequentaram nenhum curso de formação no país receptor (Silva *et al.*, 1984, 77 e 82). Recorde-se, finalmente, que é o próprio governo quem em 1973, na proposta de lei sobre política da emigração (*Actas da Câmara Corporativa*, n.º 142, de 23 de Fevereiro de 1973), afirmava: «A emigração de quadros técnicos não tem qualquer significado, do mesmo modo que é diminuta a saída de operários altamente especializados<sup>26</sup>.»

Se não é possível atribuir qualquer responsabilidade à emigração não económica no crescimento económico do país, menos o será, pelo menos a nível agregado à emigração económica de activos e não activos pouco ou nada qualificados, uma vez que, dada a estrutura de recursos humanos existente, a sua permanência no país seria redundante, já que, tudo o indica, não podia ser capazmente utilizada por falta de enquadramento científico e técnico adequado. Recorde-se que, em termos médios, o número de activos masculinos altamente qualificados esperado para o tipo de estrutura existente em 1960 e 1970 seria sensivelmente o dobro do que efectivamente tínhamos<sup>27</sup>. Resulta do que ficou dito que quem vende um bem para o qual não tem qualquer uso, independentemente do contravalor que recebe pela venda, não incorre em qualquer prejuízo com a transacção feita.

## CONCLUSÃO

Procurei neste trabalho evidenciar, através da descrição dos fluxos migratórios e da sua composição, que a emigração portuguesa foi durante este século essencialmente uma emigração económica constituída por migrantes com pouca ou nula qualificação profissional ou técnica.

Tentei seguidamente demonstrar que, devido às características profissionais dos migrantes, o crescimento económico dos anos 60 não deve ter sido prejudicado pelas saídas maciças verificadas durante este período, dado que a percentagem de pessoal científico e técnico na população activa era, comparativamente com outros países europeus, demasiado escassa para enquadrar uma força de trabalho industrial superior à existente. Não ter prejuízo é, obviamente, diferente de ter benefício e a evidência apresentada só permite defender com razoabilidade que a emigração não prejudicou o crescimento económico nacional.

---

<sup>25</sup> Recorde-se que neste número estão incluídos os filhos dos migrantes regressados. Outros trabalhos sobre retorno, como, por exemplo, Poinard, 1983, Amaro, 1985, e Martins, 1986, suportam estas afirmações.

<sup>26</sup> Transcrita em Cassola Ribeiro, 1986, 96.

<sup>27</sup> Mais concretamente, 117 000 em 1960 e 120 000 a 130 000 em 1970.

As conclusões de outros trabalhos, nomeadamente as que a seguir se transcrevem:

Remittances also provided a source of domestic saving that the institutionally constrained Portuguese agriculture could not have provide. Pecuniary saving is one form of saving. Saving has also taken the form of investment in education, housing, agricultural machinery, and so on. [Chaney, 1986, 193.]

O relativamente lento crescimento do emprego (naturalmente simultâneo com o aumento rápido da produtividade) leva a crer que a evolução da produtividade industrial terá sido, nalguma medida, consequência da emigração [...]

Quer os salários, quer a produtividade, encontram-se muito abaixo dos níveis europeus, mas, enquanto a segunda cresceu a um ritmo superior ao desses países, com os salários deu-se o inverso. É de concluir que, no que se refere a custos de mão-de-obra, a evolução se tenha processado favoravelmente ao empresário português. [A. Murteira e Branquinho (1969, 581).]

permitem aventar a hipótese de que não só a emigração não terá sido prejudicial, como os seus efeitos terão sido, muito provavelmente, benéficos para o crescimento económico nacional.

Particularmente se considerarmos que, se as remessas tiveram uma influência negativa no desenvolvimento económico português, nomeadamente devido aos efeitos inflacionistas e à sobrevalorização da taxa de câmbio que provocaram, como salientaram alguns autores<sup>28</sup>, esses terão sido males menores, comparados com os efeitos positivos que são directamente atribuíveis à emigração, nomeadamente aspectos ligados à formação de capital, ao desenvolvimento do sistema bancário e à reestruturação da estrutura produtiva nacional, sobretudo quando comparados com o efeito, com certeza, negativo que teria tido para sociedade e para a economia portuguesa a permanência no país de vários milhões de nacionais em idade activa em situação de subemprego, ou desemprego. Embora esta hipótese me pareça a mais provável, entendo que para realmente avaliar todo o impacto da emigração no crescimento económico de Portugal, não basta saber como é que este se processou e quais foram os factores que o influenciaram, há que saber também o que teria sido esse crescimento sem emigração.

**BIBLIOGRAFIA**

- ALMEIDA, Carlos, e António Barreto, *Capitalismo e Emigração em Portugal*, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Prelo, 1976.
- ALMEIDA, J. C. Ferreira de, «A emigração portuguesa para a França: alguns aspectos quantitativos», in *Análise Social*, II (7-8), 1964, 599-622.
- ALMEIDA, J. C. Ferreira de, «Dados sobre a emigração portuguesa em 1963-1965: alguns comentários», in *Análise Social*, IV (13), 1966, 116-125.
- AMARO, Rogério R., «Reestruturações demográficas, económicas e sócio-culturais em curso na sociedade portuguesa: o caso dos emigrantes regressados», in *Análise Social*, 1985, XIX (87-88-89), 605-677.
- ANTUNES, M. L. Martinho, «Migrações, mobilidade social e identidade cultural: factos e hipóteses sobre o caso português», in *Análise Social*, 1981, XIX (65), 17-37.
- ARROTEIA, Jorge, «A emigração portuguesa: características e perspectivas recentes», in *Povos e Culturas*, 1986 (1), 129-147.
- BADE, Klaus J., «Introduction: population, labour, migration, historical studies and issues of current debate», in Klaus Bade (ed.), *Population Labour and Migration in the 19th and 20th Century Germany*, Leamington, Spa, Berg Publishers, Limited, 1987, 1-14.
- BAGANHA, Maria I. B., *Portuguese Emigration to the United States, 1820-1930*, Nova Iorque, Garland Publishing, Inc., 1990.
- BAGANHA, Maria I. B., «Portuguese migratory networks: Azorean emigration to the United States prior 1930», in Robert Rowland (coord.), *Contexts of Long-Distance Migration: Portugal and Brazil*, Department of History and Civilization, European University Institute, 1990.
- BAGANHA, Maria I. B., «Portuguese emigration: current characteristics and trends», in *Report to the Program Cost A2-Migration*, Lovaina, Outubro de 1992.
- BAGANHA, Maria I. B., «Principais características e tendências da emigração portuguesa», in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Lisboa, Fragmentos, 1994, 819-835.
- BAROSA, José P., e Pedro T. Pereira, *Economic Integration and Labour Flows: the European Single Act and its Consequences*, FE-UNL, Working paper n.º 123, 1988.
- BÖHNING, W. R., *Studies in International Labour Migration*, Londres, Macmillan, 1984.
- BRANCO, Jorge P., *A Estrutura da Comunidade Portuguesa em França*, Porto, SECP, 1986.
- BRUNEAU, Thomas C., et al. (ed.), *Portugal in Development. Emigration, Industrialization, the European Community*, Canadá, University of Ottawa Press, 1984.
- CARVALHO, Odete Esteves de, «A repartição pessoal do rendimento em Portugal: análise no período do I e II Planos de Fomento», in *Análise Social*, V (19), 1967, 436-502.
- CHANEY, Rick, *Regional Emigration and Remittances in Developing Countries. The Portuguese Experience*, Nova Iorque/Londres, Praeger, 1986.
- FERREIRA, Eduardo S., *Origens e Formas da Emigração*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976.
- GNANASEKARAN, K. S., «Manpower structure in relation to economic growth», in *Manpower Journal*, I (2), 1965, 177-189.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, «L'Émigration portugaise (xv<sup>e</sup>-xx<sup>e</sup> siècles). Une constante structurale et les réponses aux changements du monde», in *Revista de História Económica e Social*, 1, 1978, 5-32.
- GRAHM, Helen, «Money and migration in modern Portugal: an economist's view», in David Higgs (ed.), *Portuguese Migration in Global Perspective*, Toronto, The Multicultural History Society of Ontario, 1990, 81-96.
- HIGGS, David (ed.), *Portuguese Migration in Global Perspective*, Toronto, The Multicultural History Society of Ontario, 1990.
- ILO, *Year Book of Labour Statistics*, Geneva, ILO, 1970.
- KRITZ, Mary, et al. (ed.), *Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movement*, 3.<sup>a</sup> ed., Nova Iorque, CMS, 1983.
- LEEDS, Anthony, «Agricultura, política nacional, subdesenvolvimento e migração em três regiões de Portugal», in *Análise Social*, XIX (77-79), 1983, 1023-1043.

- LEEDS, Elizabeth, «Industrialização e emigração em Portugal: sintomas inevitáveis de uma doença estrutural», in *Análise Social*, xix (77-79), 1983, 1045-1081.
- MARTINS, José N., «Emigrantes, retornados, regressados e mudança, numa comunidade da Beira Interior», in *Povos e Culturas*, 1986 (1), 149-165.
- MATA, Eugénia, *A Unidade Monetária Portuguesa face à Libra, 1891-1931*, FE-UNL, Working paper n.º 22, 1984.
- MATEUS, Augusto, «A economia portuguesa depois da adesão às Comunidades Europeias: transformações e desafios», in *Análise Social*, xvii (118-119), 1992, 655-671.
- MONTEIRO, Tania Penido, *Portugueses na Bahia na Segunda Metade do século XIX. Emigração e Comércio*, Porto, SEE, 1985.
- MURTEIRA, Aurora, e Isilda Branquinho, «A mão-de-obra industrial e o desenvolvimento português», in *Análise Social*, vii (27-28), 1969, 560-583.
- MURTEIRA, Mário, «Emigração e política de emprego em Portugal», in *Análise Social*, iii (11), 1965, 258-278.
- MURTEIRA, Mário, *et al.*, *Recursos Humanos em Portugal*, Lisboa, Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, 1969.
- NAZARETH, J. Manuel, «O efeito da emigração na estrutura de idades da população portuguesa», in *Análise Social*, xii (46), 1976, 315-362.
- NUNES, A. Sedas, «Portugal, sociedade dualista em evolução», in *Análise Social*, ii (7/8), 1964, 407-462.
- OCDE, *SOPEMI Continuous Reporting System on Migration*, 1991 e 1992, Paris, OCDE, 1992 e 1993.
- PAIVA, Amadeu, *Portugal e a Europa. O Fim de Um Ciclo Migratório*, Lisboa, IED-CEDEP, 1985.
- PEIXOTO, João, «Migrações e mobilidade: as novas formas da emigração portuguesa a partir de 1980», in *Emigração-Imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, 278-307.
- PEREIRA, Alfredo M., *Trade-off between Emigration and Remittances in the Portuguese Economy*, FE-UNL, Working paper n.º 129, 1989.
- PESCATOLO, Ann Marie, *Both Ends of the Journey: an Historical Study of Migration and Change in Brazil and Portugal, 1889-1914*, dissertação de Ph. D. Universidade da Califórnia, Los Angeles, 1970.
- PINTADO, Xavier, «Níveis e estruturas de salários comparados: os salários portugueses e os europeus», in *Análise Social*, v (17), 1967, 57-89.
- PIORE, M. J., *Birds of Passage: Migrant Labour and Industrial Societies*, Cambridge, Cambridge University Press, 1979.
- POINARD, Michel, «Emigrantes portugueses: o regresso», in *Análise Social*, 1983, xix (75), 29-56.
- POINARD, Michel, «Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa», in *Análise Social*, 1983, xix (76), 261-296.
- PYRRAIT, António A., «Raison et possibilités de l'émigration portugaise», in *Études européennes de population*, Paris, Centre Européen d'Études de Population, 1954, 233-243.
- RIBEIRO, Cassola, *Emigração Portuguesa. Aspectos Relevantes Relativos às Políticas Adoptadas no Domínio da Emigração Portuguesa desde a Última Guerra Mundial. Contribuição para o Seu Estudo*, Porto, SECP, 1986.
- ROCHA, Edgar, «Colónias e exportação de mão-de-obra como fontes de divisas: considerações sobre a contribuição dos emigrantes para o subdesenvolvimento económico português», in *Análise Social*, xviii (72-74), 1982, 1053-1075.
- ROWLAND, Robert (coord.), *Contexts of Long-Distance Migration: Portugal and Brazil*, Department of History and Civilization, European University Institute, 1990, 1-54.
- SALT, J., «Contemporary trends in international migration study», in *International Migration*, 1987, xxv (3), 241-250.
- SECCOMBE, I. J., e R. J. Lawless, «Some new trends in Mediterranean labour migration: the Middle East connection», in *International Migration*, 1985, xxiii (1), 123-148.
- SECP, *Boletim Anual*, 1980 a 1988, Lisboa, IAACP, 1980-1981 a 1988.
- SECP, *Estimativa do Número de Portugueses Residentes no Estrangeiro*, IAACP, 1992.
- SERRÃO, Joel, *A Emigração Portuguesa — Sondagem Histórica*, 3.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

- SERUYA, Luís Miguel, «As determinantes e características da emigração portuguesa, 1960-1979», in Stahl *et al.*, *Perspectivas da Emigração Portuguesa para a CEE, 1980-1990*, Lisboa, Moraes Editores/IED, 1982, 37-64.
- SILVA, Manuela, *et al.*, *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1984.
- STAHL, H. M., *et al.*, *Perspectivas da Emigração Portuguesa para a CEE, 1980-1990*, Lisboa, Moraes Editores/IED, 1982.
- STRAUBHAAR, Thomas, «The causes of international labour migration — a demand-determined approach», in *International Migration Review*, xx (4), 1986, 835-855.
- WERNER, H., «Post-war labour migration in Western Europe — an overview», in *International Migration*, 1986, xxiv (3), 543-557.

Emigração portuguesa, 1900-1988

[QUADRO I]

Ano	Total legal	Total com ilegais	População presente census	Ano	Total legal	Total com ilegais	População presente census
1900	21 235	24 420	5 423 132	1945	5 938		8 441 312
1901	20 646	23 743		1946	8 275		
1902	24 170	27 796		1947	12 838		
1903	21 611	24 853		1948	12 343		
1904	28 304	32 550		1949	17 296		
1905	33 610	38 652		1950	21 892	21 892	
1906	38 093	43 807		1951	33 664	34 015	
1907	41 950	48 243		1952	47 018	47 407	
1908	40 145	46 167		1953	39 686	39 962	
1909	38 223	43 956		1954	41 011	41 190	
1910	39 515	45 442	1955	29 796	30 147		
1911	59 661	63 837	1956	27 017	28 096	8 851 289	
1912	88 929	95 154	1957	35 356	36 894		
1913	77 645	83 080	1958	34 030	35 600		
1914	25 730	27 531	1959	33 458	34 754		
1915	19 314	20 666	1960	32 318	35 159		
1916	24 897	26 640	1961	33 526	38 572		
1917	15 825	16 933	1962	33 539	43 002		
1918	11 853	12 683	1963	37 829	55 218		
1919	37 138	39 738	1964	43 320	75 576		
1920	64 783	69 318	1965	62 752	91 488		
1921	24 597	26 319	1966	91 607	111 995	8 568 703	
1922	39 795	42 581	1967	78 515	94 712		
1923	40 171	42 983	1968	68 981	96 227		
1924	29 710	31 790	1969	70 165	155 672		
1925	22 884	24 486	1970	66 360	183 205		
1926	42 067	45 012	1971	50 400	158 473		
1927	27 674	29 611	1972	54 084	115 545		
1928	34 297	36 698	1973	79 517	129 732		
1929	40 361	43 186	1974	43 397	80 859		
1930	23 196	24 820	1975	24 811	52 486		
1931	6 033		1976	17 493	39 192	9 852 841	
1932	5 909		1977	17 226	33 676		
1933	8 905		1978	18 659	28 858		
1934	7 472		1979	20 574	28 726		
1935	9 140		1980	18 071	25 173		
1936	12 484		1981	16 513	26 607		
1937	14 667		1982	10 276	29 505		
1938	13 609		1983	7 096	14 208		
1939	17 807		1984	6 556	11 863		
1940	13 226		1985	7 149	11 551		
1941	6 260		1986	6 253	10 204		
1942	2 214		1987	8 108	11 415		
1943	893		1988	9 540	13 332		
1944	2 242						

Fontes: colunas 2 e 6 — 1900-1921 *Movimento da População*, 1900 a 1921; 1917-1930, *Anuário*, 1917 a 1930; 1930-1988, *Boletim Anual da SECP*, 1980 e 1988 (a legalização especial de 1963 a 1968 foi deduzida); colunas 3 e 7 — 1900-1930: os ajustamentos foram feitos da seguinte forma — para o período de 1900 a 1910 usei 15%, que é o *ratio* dos clandestinos obtido após cotejo das estatísticas oficiais portuguesas e norte-americanas para 1897 a 1910; de 1911 a 1930, e utilizando o mesmo método, o volume da emigração legal foi inflacionado em 7%; de 1950 a 1960, Antunes, 1973, 15; excepto para a Alemanha e a França — *Boletim Anual da SECP*, 1980-1981 e 1988; para a França, de 1950 a 1979, «Statistiques de l'immigration», ONI (in Antunes, 1973, 14, e Stahl *et al.*, 1982, 61); para a Alemanha, «Statistisches Bundesamt», VIII, B, 182 (in Stahl *et al.*, 1982, 63); de 1980 a 1988, Sopemi, 1980, 1986, 1988 e 1990; colunas 4 e 8 — censos para o respectivo ano.



**Emigração portuguesa por destinos, 1950-1988**

[QUADRO II]

Ano	Brasil	EUA	Canadá	Total da América	França	Alemanha	Outros europeus	Total europeu	Total
1950	14 143	938		21 491	319	1	81	401	21 892
1951	28 104	676		33 341	418	2	254	674	34 015
1952	41 518	582		46 544	650	4	209	863	47 407
1953	32 159	1 455		39 026	690		246	936	39 962
1954	29 943	1 918		40 234	747	4	205	956	41 190
1955	18 486	1 328		28 690	1 336		121	1 457	30 147
1956	16 814	1 503	1 612	26 072	1 851	6	167	2 024	28 096
1957	19 931	1 628	4 158	32 150	4 640	5	99	4744	36 894
1958	19 829	1 596	1 619	29 207	6 264	2	127	6 393	35 600
1959	16 400	4 569	3 961	29 780	4 838	6	130	4 974	34 754
1960	12 451	5 679	4 895	28 513	6 434	54	158	6 646	35 159
1961	16 073	3 370	2 635	27 499	10 492	277	304	11 073	38 572
1962	13 555	2 425	2 739	24 376	16 798	1 393	435	18 626	43 002
1963	11 281	2 922	3 424	22 420	29 843	2 118	837	32 798	55 218
1964	4 929	1 601	4 770	17 232	51 668	4 771	1 905	58 344	75 576
1965	3 051	1 852	5 197	17 557	60 267	12 197	1 467	73 931	91 488
1966	2 607	13 357	6 795	33 266	63 611	11 250	3 868	78 729	111 995
1967	3 271	11 516	6 615	28 584	59 597	4 070	2 461	66 128	94 712
1968	3 512	10 841	6 833	27 014	58 741	8 435	2 037	69 213	96 227
1969	2 537	13 111	6 502	27 383	110 614	15 406	2 269	128 289	115 672
1970	1 669	9 726	6 529	22 659	135 667	22 915	1 964	160 546	183 205
1971	1 200	8 839	6 983	21 962	110 820	24 273	1 418	136 511	158 473
1972	1 158	7 574	6 845	20 122	68 692	24 946	1 785	95 423	115 545
1973	890	8 160	7 403	22 091	63 942	38 444	5 255	107 641	129 732
1974	729	9 540	11 650	25 822	37 727	13 352	3 958	55 037	80 859
1975	1 553	8 957	5 857	19 304	23 436	8 177	1 569	33 182	52 486
1976	837	7 499	3 585	14 762	17 919	5 913	598	24 430	39 192
1977	557	6 748	2 280	14 826	13 265	4 835	750	18 850	33 676
1978	323	8 171	1 871	16 307	7 406	4 509	636	12 551	28 858
1979	215	8 181	2 805	17 532	5 987	4 400	807	11 194	28 726
1980	230	4 999	2 334	15 281	5 200	4 000	692	9 892	25 173
1981	228	4 295	2 196	14 498	8 600	3 100	409	12 109	26 607
1982	187	1 889	1 484	9 420	17 900	1 900	285	20 085	29 505
1983	197	2 437	823	6 242	6 300	1 500	166	7 966	14 208
1984	121	2 651	764	5 747	4 600	1 400	116	6 116	11 863
1985	136	2 783	791	5 842	4 000	1 600	109	5 709	11 551
1986	91	2 704	983	5 024	1 800	3 100	280	5 180	10 204
1987	28	2 643	3 398	7 757	400	3 100	158	3 658	11 415
1988	21	2 112	5 646	8 934	600	3 600	198	4 398	13 332

Fonte: Excepto para a Alemanha e a França, *Boletim Anual da SECP*, 1980-1981 e 1988; para a França, de 1950 a 1979, «Statistiques de l'immigration», ONI (in Antunes, 1973, 14, e Stahl *et al.*, 1982, 61); para a Alemanha, «Statistisches Bundesamt», VIII, B, 182 (in Stahl *et al.*, 1982, 63); de 1980 a 1988, Sopemi, 1980, 1986, 1988 e 1990.

Nota. — A legalização especial de 1963 a 1968 foi deduzida.

Emigração legal por distritos

[QUADRO III]

Distrito	1950-1959	1960-1969	1970-1979	1950-1979	1980-1988
Aveiro . . . . .	36 830	42 821	28 733	108 384	9 786
Beja . . . . .	619	7 015	8 020	15 654	402
Braga . . . . .	20 715	60 215	24 494	105 424	3 593
Bragança . . . . .	21 673	24 451	7 096	53 220	947
Castelo Branco . . . . .	4 895	33 447	7 629	4 597	1 034
Coimbra . . . . .	16 449	18 343	14 852	49 644	3 273
Évora . . . . .	329	2 427	2 846	5 602	218
Faro . . . . .	7 720	23 886	9 600	41 206	1 142
Guarda . . . . .	23 186	37 538	9 006	69 730	1 987
Leiria . . . . .	13 633	49 555	27 023	90 211	4 431
Lisboa . . . . .	7 439	52 400	47 662	107 501	16 939
Portalegre . . . . .	529	2 384	1 221	4 134	183
Porto . . . . .	35 909	55 295	30 361	121 565	6 952
Santarém . . . . .	6 668	24 517	13 425	44 610	3 133
Setúbal . . . . .	1 114	11 305	12 075	24 494	4 649
Viana do Castelo . . . . .	15 901	36 432	11 660	63 993	3 154
Vila Real . . . . .	18 990	25 122	15 633	59 745	3 775
Viseu . . . . .	36 300	30 607	21 139	88 046	2 919
Continente . . . . .	268 899	537 760	292 475	1 099 134	68 517
Açores . . . . .	21 051	72 255	75 771	169 077	18 998
Madeira . . . . .	47 161	36 412	24 234	107 807	2 047
Sem informação . . . . .	5 817	535	37	6 389	—
<i>Total . . . . .</i>	342 928	646 962	392 517	1 382 407	89 562

Fonte: Boletim Anual da SECP, 1981 a 1988.

**Características da emigração legal, 1955-1988**

[QUADRO IV]

Características	Valores absolutos				Em percentagem			
	1955-1959	1960-1969	1970-1979	1980-1988	1955-1959	1960-1969	1970-1979	1980-1988
Total . . . . .	159 657	646 962	357 802	89 562	100,00	100,00	100,00	100,00
Sexo:								
Homem . . . . .	96 357	378 080	210 347	50 253	60,35	58,44	58,79	56,11
Mulher . . . . .	63 300	268 882	147 455	39 309	39,65	41,56	41,21	43,89
Idade:								
Menos de 15 anos	37 376	171 434	99 757	21 695	23,41	26,50	27,88	24,22
15 a 64 . . . . .	120 104	468 994	254 163	66 165	75,23	72,49	71,03	73,88
65 ou mais . . . . .	2 177	6 534	3 882	1 702	1,36	1,01	1,08	1,90
Estado civil:								
Solteiro . . . . .	93 066	307 161	166 593	39 545	58,29	47,48	46,56	44,15
Casado . . . . .	63 608	329 594	185 894	47 789	39,84	50,94	51,95	53,36
Outro . . . . .	2 983	10 207	5 315	2 228	1,87	1,58	1,49	2,49
Sector económico:								
Primário . . . . .	43 634	140 730	54 175	6 157	56,43	50,05	32,39	16,86
Secundário . . . . .	20 245	105 908	84 101	23 421	26,18	37,67	50,29	64,15
Terciário . . . . .	13 448	34 539	28 969	6 932	17,39	12,28	17,32	18,99
Total activo . . . . .	77 327	281 177	167 245	36 510	100,00	100,00	100,00	100,00
Sem actividade . . . . .	52 425	240 399	163 155	53 052	40,40	46,09	49,38	59,23
Total . . . . .	129 752	521 576	330 400	89 562	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: *Boletim Anual da SECP*, 1980-1981 e 1988.

PIB, exportações e remessas, 1950-1989

Em milhares de contos

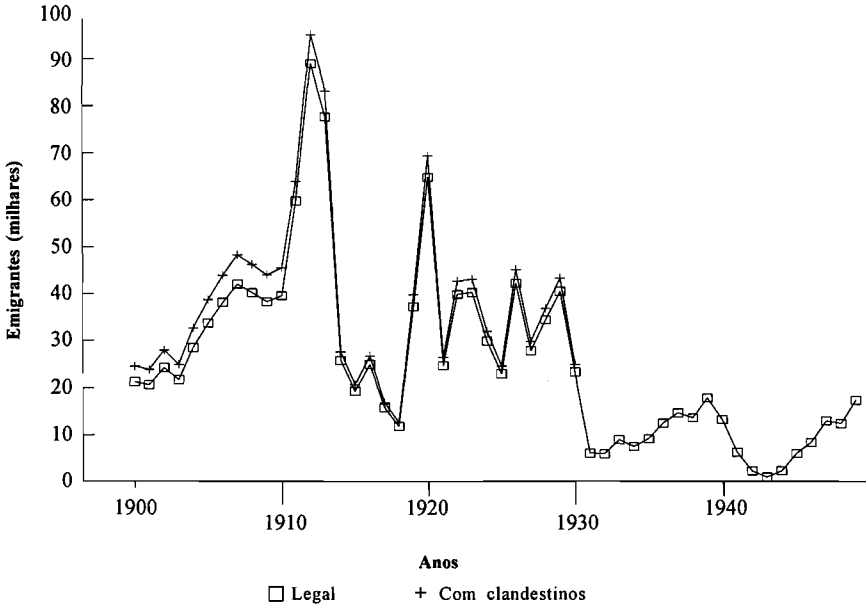
[QUADRO V]

Ano	PIB	Exportações	Remessas
1950	42 255	5 334	886
1951	45 798	7 559	983
1952	46 878	6 811	382
1953	49 062	6 283	580
1954	50 650	7 297	585
1955	53 597	8 165	758
1956	57 769	8 621	1 037
1957	60 750	8 289	1 542
1958	64 466	8 299	1 552
1959	68 760	8 351	1 913
1960	71 259	9 408	1 868
1961	76 683	9 373	1 489
1962	81 595	10 632	1 704
1963	88 510	12 024	2 371
1964	95 816	14 831	2 679
1965	106 872	16 573	3 378
1966	117 009	17 812	4 818
1967	130 765	20 166	6 267
1968	142 251	21 917	7 902
1969	155 988	24 526	11 812
1970	175 179	27 299	14 086
1971	198 585	30 248	18 848
1972	231 244	35 255	22 079
1973	281 487	45 410	26 452
1974	338 414	58 014	26 772
1975	376 239	49 328	20 975
1976	464 677	55 089	27 623
1977	625 835	77 685	44 972
1978	787 260	106 451	74 120
1979	991 264	176 051	120 175
1980	1 256 051	231 623	146 589
1981	1 501 131	256 913	175 126
1982	1 850 407	331 743	208 380
1983	2 301 713	508 568	239 376
1984	2 815 728	760 580	316 778
1985	3 523 945	971 747	353 665
1986	4 420 400	1 082 225	385 068
1987	5 174 732	1 311 003	458 941
1988	6 002 751	1 581 957	48 7923
1989	7 130 260	2 015 711	563 821

Fontes: PIB até 1959, Nunes *et al.*, 1989, 292-295; depois de 1960, INE; exportações e importações até 1985, Nunes *et al.*, 1989, 315-318; remessas — de 1950 a 1973, Chaney, 1986, 92; de 1973 a 1989, INE.

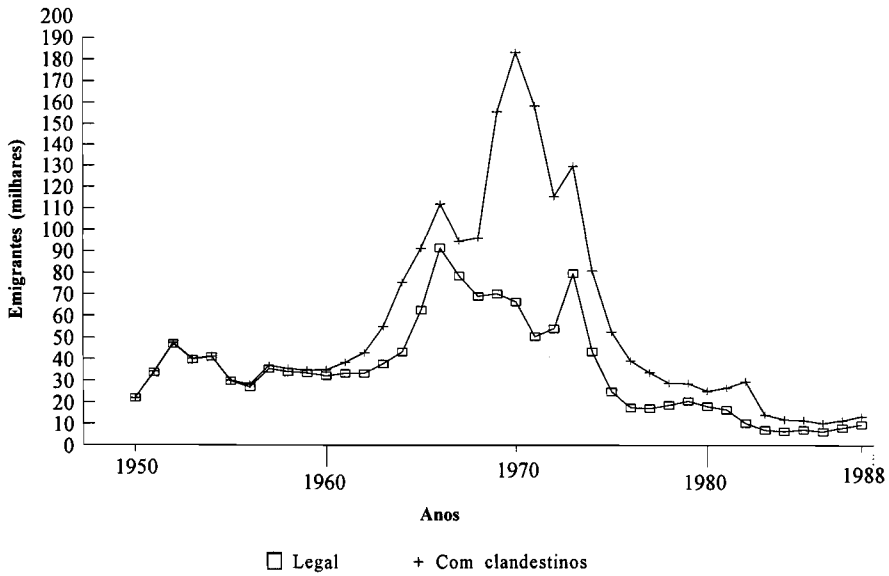
Emigração portuguesa, 1900-1949

[GRÁFICO N.º 1]



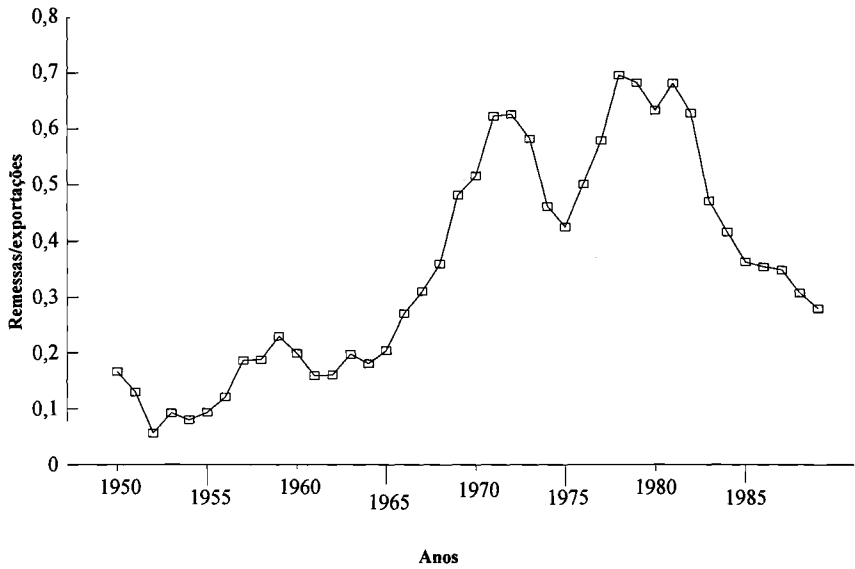
Emigração portuguesa, 1950-1988

[GRÁFICO N.º 2]



Remessas sobre as exportações

[GRÁFICO N.º 3]



Remessas sobre o PIB

[GRÁFICO N.º 4]

